

De Usuários para Usuários: Notas etnografias

Daniel Fernando Fischer Lomonaco⁶²

Resumo: Esta apresentação é um desdobramento parcial da dissertação de mestrado em curso no Campo da Saúde Coletiva, cuja proposta é co-incidir com usuários/ex-usuários de substâncias psicoativas que trabalhem com a temática do consumo de substâncias psicoativas nos “elos da rede”. Por meio do método (auto)etnográfico, pretende-se analisar/verificar se a condição de usuário/ex-usuário de drogas interfere nas práticas cotidianas dos interlocutores, ao trabalharem com a temática. A questão das drogas na atualidade juntamente com o conceito de “dispositivos das drogas” são explicitados, fundamentado em autores como Mauricio Fiori, Eduardo Viana Vargas e Michel Foucault.

Palavras-chaves: Dispositivo das drogas; autoetnografia; Saúde Coletiva.

1. Introdução

Muitos trabalhos tratam da história do consumo de substâncias psicoativas e reafirmam a ocorrência dessa prática milenar. Para Maurício Fiori (2012) esse clichê é repetido provavelmente para diferenciar a alteração voluntária e sistemática dos povos primitivos do problema das drogas na atualidade.

A questão das drogas, essa sim, pode ser considerada historicamente recente, tendo pouco mais de um século e se constitui como um problema social quando o consumo de algumas substâncias psicoativas – chamadas, a partir de então, de drogas – se tornou objeto de ampla atenção (FIORI, 2012: p. 1).

62 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: dani_lomo@hotmail.com

De fato, soa repetitiva essa contextualização que, para Eduardo V. Vargas (2008) “levaria longe demais: se não à noite dos tempos, ao neolítico pelo menos” (VARGAS, 2008, p. 42). Na obra *História da Alimentação* (FLANDRIN; MONTANARI, 1998) o lugar do vinho, da cerveja e das medicinas confunde-se com o dos alimentos; assim, tais substâncias psicoativas estabelecem uma relação simétrica, não ocorrendo uma evidente distinção entre as mesmas. O livro demonstra que, por meio de análises químicas, descobertas arqueológicas, confirmaram resíduos de bebidas alcoólicas em jarros de cerâmicas datados de 5.550 a.C no período neolítico, no território do Irã atual.

Contudo, parece que a utilização de plantas alucinógenas precede a invenção das bebidas alcoólicas na intenção de provocar estados de embriaguez coletiva. Supõe-se que a arte de combinar diferentes substâncias na farmacopéia e nos preparados de natureza mágica (sem objetivos nutricionais), influenciou as práticas culinárias elaboradas e a *arte de modificação do sabor* em detrimento de uma simples cocção (limitadas no sabor e nos cardápios repetitivos). Defende-se a tese de que o “uso ritual e simbólico precede, quase sempre, a integração no universo cotidiano” (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, pg. 53), inclusive, as práticas rituais originaram o consumo das bebidas fermentadas. Escohotado (1989) afirma que alguns pesquisadores postulam origens xamânicas às pinturas rupestres do período paleolítico e reitera: “No hay un solo grupo humano donde no se haya detectado el uso de varios psicofarmacos, y si algo salta a la vista en este terreno es que constituye un fenómeno plural en si”⁶³ (ESCOHOTADO, 1989, p. 24).

Vargas (2008) opta por discutir a etimologia do vocábulo droga (em detrimento, por exemplo, do termo *fármaco*) e suas controvérsias (para partir de algum lugar). Utiliza como mote a afirmação de que o aparecimento mais ou menos repentino de palavras nas

63 “Não há um só grupo humano onde não haja sido detectado o uso de vários psicofarmacos, e se algo salta a vista nesse terreno é que constitui um fenômeno plural em si.”

diferentes línguas indicaria mudanças no interior do próprio povo, ainda mais quando esses vocábulos se tornam importantes e de duração longa, como **drogas**. Dentre as variadas hipóteses suscitadas - “do latim *drogia*, do irânico *daruk*, do árabe *durâwa* e do celta *druko*” - a hipótese de que o vocábulo “deriva do neerlandês *droghe vate*, expressão que significa “barris de coisas secas”, e cujo emprego teria sido registrado ao menos desde o séc. XIV” (VARGAS, 2008, p. 42) é a que mais o agrada. Essa suposição permite situar a emergência do termo relacionada ao contexto das cruzadas, em que o contato dos povos europeus com os do Oriente, “reiniciado” com mais intensidade no final da Idade Média, possibilitou entre outras coisas, a procura pelo “Paraíso Terral”, materializada primeiramente, numa demanda muito específica por algumas mercadorias – as especiarias (loucura das especiarias); substâncias que supostamente possibilitariam o encontro com a Cocanha⁶⁴.

Para Vargas (2005; 2008) as drogas podem ser consideradas como uma categoria complexa e polissêmica, pois isola e separa matérias moleculares das mais variadas, muitas vezes de modo instável. Essas matérias moleculares constituem: “objetos sócio-técnicos que, embora sempre possam ser distinguidos conforme as modalidades de uso (matar, tratar, alimentar, por exemplo), não comportam diferenças intrínsecas absolutas ou essências, mas sempre e somente diferenças relacionais” (VARGAS, 2008, p. 41). Nessa perspectiva, as drogas não significam apenas as substâncias que produzem algum tipo de alteração na psique ou no corpo, as quais têm sido nos últimos séculos objeto de controle por parte do Estado; inclui-se também nessa categoria os alimentos-drogas, bem como aqueles que nomeamos como fármacos e/ou medicamentos. Assim, afirma ele, baseado em G. Deleuze e F. Guattari, esses objetos permanecem indeterminados até que sejam reportados a agenciamentos que os constituirão como tais, semelhante aos exemplos que os autores franceses remetem quando falam da distinção, segundo seu uso, entre armas ou

ferramentas - para destruição dos homens ou para produção de bens, afirmando não haver uma diferença intrínseca entre os mesmos.

Em outros termos, nenhuma substância, considerada isoladamente, é droga: ela só pode se tornar droga na medida em que entre em contato com os corpos vivos. Mesmo aí, a rotulação de uma substância qualquer como droga (ou mediante alguma das categorias vizinhas) varia conforme a dose utilizada, o organismo específico que a consome ou a que ela se expõe e a cultura ou a sociedade considerada. Em suma, varia conforme o agenciamento que a mobiliza. (VARGAS, 2005: p. 600)

Pesquisadores utilizam o conceito *dispositivo das drogas* para pensar as drogas na atualidade, como Vargas (1998; 2005; 2008), Souza (2013), Fiori (2012) e Taniele Rui (2013). As drogas podem ser entendidas como dispositivo, pois, segundo Fiori: “Escapam das perspectivas que buscam enquadrá-las (**drogas**) sob um único ponto, de uma única mirada, mesmo que seja a perspectiva do estado” (Fiori, 2012, p. 2). Esse olhar do estado formaliza o controle, por meio de normas e leis. E, finalmente, afirma ele, não há controles sem linhas de escape – por isso das drogas serem consideradas um dispositivo.

O conceito de dispositivo foi definido primeiramente por Michel Foucault (1979) para pensar a sexualidade. Em *Microfísica do Poder*, trás o sentido e a função desse termo ao demarcá-lo como um conjunto heterogêneo, compostos de ditos e não-ditos (leis, enunciados morais e científicos) no qual, o dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos. Relacionam-se dinamicamente, mudam de posições e modificam as funções, tal como um tipo de jogo, constituído historicamente para responder a urgências, com função estratégica dominante. Para Foucault (1979) o dispositivo sempre está:

Inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1979: p.139).

O autor não utiliza esse conceito para pensar as drogas em sua obra, como o faz com a sexualidade e/ou episteme. O *dispositivo episteme*, em suas palavras, “permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável”. (FOUCAUT, 1979, p. 140). Porém, como dito, outros autores que trabalham o tema das drogas apropriaram-se desse conceito para enriquecer a discussão. Fiori define-o como: “os saberes e as normas que ordenam a produção e o controle dos discursos e das práticas contemporânea” (FIORI, 2012, p.2). Para Midjavila (2015) um dos principais atributos do dispositivo é sua “versatilidade”. Segundo ela, de acordo com pesquisas anteriores sobre dispositivo risco, as propriedades narrativas do mesmo (tipo de sintaxe) possibilitam comportar toda uma classe de discursos, viabilizando sua aplicação em diversos contextos espaços-temporais e também como suporte de diversas estratégias e projetos políticos.

Tadeu (2013) aprofunda a questão ao pensar o dispositivo sob um prisma deleuziano, discute quais dimensões se atualizam no dispositivo das drogas. Ao afirmar que o dispositivo é composto por regimes de saber e poder, agregado por processos de subjetivação, propõe abordar as drogas como dispositivo, permitindo, nas palavras dele: “Por um lado, traçar que função as drogas ocupavam em diferentes diagramas de poder e traçar um diagnóstico das funções que este dispositivo passa a assumir nas sociedades atuais.” (TADEU, 2013, p. 49). Por fim, Vargas (2005) sinaliza que as sociedades ocidentais têm mantido uma relação paradoxal com essas substâncias, pois, em simultâneo, incentiva o consumo de algumas enquanto reprime o de outras. Assevera que essa relação paradoxal denominada de partilha moral, é o cerne do dispositivo das drogas, “em seus efeitos visados e perversos, tal dispositivo é agenciado a partir de diferentes esquemas de avaliação e modos de experimentação da vida, os quais estão intimamente relacionados com diferentes processos de subjetivação e de incorporação” (VARGAS, 2005, p. 602).

Dito isso, Henrique Carneiro (2008) e Tiago Rodriguez (2008), contribuem com elementos para aprofundar algumas práticas de uso e como elas se diferenciam ao longo dos tempos e das sociedades. Carneiro (2008) traça alguns paralelos da antiguidade clássica



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

à época cristã e explicita como o postulado de auto-conhecimento, baseado no lema delfico “Conhece-te a ti mesmo” é fundador na filosofia ocidental. Buscava-se uma atitude reflexiva destinada a formar homens para a vida social, o que a posterior tornou-se um “princípio de gestão de si”, por meio de algumas técnicas que incluíam a escrita, a meditação, o uso de fármacos e alimentos, com a finalidade de equilibrar os humores. Carneiro problematiza a noção do cuidado de si “como um modelo médico, de cuidados permanentes consigo” (CARNEIRO, 2008, p. 66). Com o advento do cristianismo, descreve a substituição desses modelos, fundados no uso das tecnologias de si, pelo modelo cristão, fundamentado na renúncia de si, com o foco na salvação da alma, utilizando-se da confissão e da penitência, ademais do uso de recursos como orações e peregrinações em detrimento do uso dos fármacos. Esse fato, para ele teve como consequências no âmbito médico a perda do significado da terapia como uma reflexão filosófica no exercício de se auto-conhecer e delegou “a um corpo de especialistas com um saber técnico inacessível, o poder de decidir sobre as dietas da alma na busca de uma vida feliz” (CARNEIRO, 2008: pg. 66).

O cristianismo constituiu-se por meio de técnicas de internalização dos controles sociais sobre o corpo e o espírito ao questionar as antigas culturas, “extáticas, dionisíacas, zoroastristas ou shivaístas” (CARNEIRO, 2008, p. 71) e também as culturas indígenas xamânicas. Há, segundo o autor, durante a época da Reforma e Contra-reforma, uma colaboração entre a Igreja e o aparelho de Estado na tentativa de um policiamento disciplinar para refinar um tipo de subjetividade, estruturada em automatismos morais, na busca de forjar uma mentalidade anti-extática, por meio da “demonização” de tais práticas. Para ele: “A missão colonial européia expandirá esse modelo psíquico numa cruzada espiritual contra o paganismo indígena do Novo Mundo e, particularmente, contra o arsenal extático vegetal” (CARNEIRO, 2008, p. 71). O cristianismo, não obstante herdar do judaísmo um lugar para o vinho, exerce contra as outras substâncias psicoativas uma grande intolerância.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Ao longo dos séculos, preceitos platônicos⁶⁵ foram absorvidos e apropriados pelo cristianismo. Para Carneiro, a noção das Sete Virtudes, baseada em Platão e desenvolvida por Santo Tomas de Aquino, incluía a Temperança, como uma delas - derivada na noção “hipócrata-galênica, das teorias dos humores” (CARNEIRO, 2008, p. 74). Acreditava-se que as temperaturas governavam os temperamentos e, por conseguinte, a resistência perante as tentações que levassem aos vícios. O homem seria livre para sofrer as tentações do excesso, no intuito de domar, moderar e temperar as solicitações “carnais”, na busca de resistir aos pecados. Sem a tentação, não haveria o mérito da resistência; “por isso, nem Santo Agostinho, nem São Tomas de Aquino, nem Lutero, nem Calvino, pregaram a abstinência do álcool” (CARNEIRO, 2008, p. 74). E ainda: “A maior parte das civilizações praticava e defendia o ideal da temperança, que significa moderação, condenando assim, não as drogas e bebidas em si, mas o seu uso excessivo” (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2014: p. 21).

Essa ética clássica de usar não somente bebidas e alimentos, mas todas as coisas com moderação, inclusive a moderação, foi um ensinamento duradouro que influenciou as práticas e costumes sociais; assim sendo, a abstinência ao álcool não é a regra ao longo da história, com algumas poucas exceções⁶⁶. Todavia, a partir do século XIX, nos Estados Unidos, surge um movimento religioso que defendia a abstinência ao álcool e a proibição por parte do Estado de todas as bebidas alcoólicas. “Esse movimento criou um neologismo e adotou-o para se autodenominar: teetotaler. Essa palavra dobrando a letra t queria dizer que eram absoluta e totalmente contrários ao uso de bebidas alcoólicas” (CARNEIRO, 2008, p. 75). Ficaram conhecidos também como movimento pela temperança.

65 Sobre o assunto ver o livro – A história do declínio e a queda do Império Romano Vol. I de Edward Gibbons - dentro de uma perspectiva histórica.

66 Por exemplo, a sociedade espartana excessivamente militarizada.

Determinados grupos como a Liga Anti-Saloon, reivindicavam o fechamento dos bares (saloons), lugares que, para eles, concentravam prostituição, alcoolismo e outros vícios em nome das práticas puritano-moralistas de “castidade, sobriedade, religiosidade e comedimento” (RODRIGUES, 2008, p. 93). Sem dúvida, apesar de não ser o único alvo a ser combatido nessa cruzada puritana, o álcool teve destaque dentre as outras substâncias psicoativas. Nesse bojo, em 1919 é promulgada a lei conhecida como: “VolsteadAct”, a famosa Lei Seca. Esses grupos puritanos-religiosos não apenas buscaram impor restrições ao uso de substâncias psicoativas, mas vincularam determinados grupos sociais minoritários ao consumo de drogas, como foi o caso nos EUA. Rodrigues (2008) exemplifica com a associação direta de negros à cocaína, hispânicos à maconha, irlandeses ao álcool e chineses ao ópio. Recentemente, Philippe Bourgeois (2015), no livro *En Busca de Respecto* descreve como os porto-riquenhos, na década de 80, foram vinculados a uma incipiente droga surgida nas ruas de Nova Iorque – *o crack*.

Vale notar que não apenas o EUA enrijecia o controle a essas substâncias, o governo Imperial da China iniciou a luta contra o livre-comércio de ópio na segunda metade do sec. XIX, fechando seus portos e proibindo a entrada dessa droga, geradora de enormes lucros, para companhias ocidentais que a fabricavam e, por conseguinte, não queriam perde-los. Duas guerras⁶⁷ travadas com o exercito inglês reabriram os portos chineses, além de impor tratados à Pequim. Rodrigues (2008) sinaliza que, após cinco décadas, a China (com apoio dos EUA) retomou as discussões para tratar o tema do ópio na Conferência de Xangai. Decidiu-se bloquear o livre-comércio de ópio por meio de uma lei que interditava toda importação e comércio dessa substância. Essa experiência tinha como principais características: “a defesa do uso legal sob estrito controle para uso médico, e a ilegalidade para qualquer outra forma de uso (recreativos, hedonistas, etc.)” (RODRIGUES, 2008, pg. 93).

67

Primeira Guerra do Ópio: entre os anos de 1839-1842; Segunda Guerra do Ópio: 1856-

1860.

A lista de substâncias psicoativas proibidas foi alargada, com a criação da FBN⁶⁸ em 1930 e, com o final da Lei Seca, as estruturas de combate de tal lei estavam criadas e os esforços de erradicação e proibição foram desviados e intensificados para o combate das substâncias psicoativas. A década de 70 do século passado foi marcada pela intensificação das políticas de enfrentamento às drogas, capitaneadas pelos Estados Unidos que, em nome de “**Um Mundo sem Drogas**”, com a justificativa de conter as experiências de consumo de drogas da geração de 60, passaram a combater o tráfico, prender usuários, promover a erradicação de suas plantações e a destruição de laboratórios nos países produtores, dentre outras intervenções. No dia 17 de junho de 1971 o presidente dos EUA – Nixxon declara que o problema número um dos Estados Unidos é o abuso de drogas. Escotado (1989) agrega: “Sin lugar a dudas, la cruzada farmacologica es el desafio más ostensible que asume el Estado norteamericano contemporaneo y, subsiguientemente, lós demás Estados”⁶⁹ (ESCOHOTADO, 1989, p. 17). Essa política pautada na repressão foi chamada por seus críticos de “proibicionismo” – estratégia de banimento de práticas relacionadas ao consumo de determinadas drogas/substâncias psicoativas por meio de leis e da repressão policial e militar.

Em suma, as alternativas propostas ao longo dos últimos anos para lidar com “o problema das drogas” têm sido basicamente em torno de expedientes repressivos e preventivos, com ênfase nos primeiros devido ao contexto da ‘guerra contras as drogas’. Porém, como Vargas (2005; 2008) atenta, esse destaque aos expedientes repressivos obscurece o outro lado do *dispositivo das drogas*, dando a impressão de que as sociedades contemporâneas relacionaram-se de maneira tão somente a rejeitar tais substâncias. Encarar o problema a partir do consumo de drogas para ele é verificar justamente o contrário, pois,

68 Federal Bureau of Narcotics – Agência responsável pelo combate a determinadas substâncias psicoativas.

69 Sem dúvida, a cruzada farmacológica é o desafio mais ostensivo que assume o Estado estadunidense contemporâneo e, por conseguinte, os demais Estados.”

longe de um consumo reprimido de drogas, há uma incitação ao consumo de substâncias de uso lícito ou não, talvez como nunca antes visto na história.

Esse modelo repressivo contra o uso de determinadas substâncias supõe uma partilha moral entre usos lícitos e ilícitos de drogas, baseada numa série de subentendidos que devem ser explicitados ao invés de naturalizá-los. Lembra-nos que drogas não são apenas aquelas substâncias químicas naturais ou sintetizadas, que produzem alterações psíquicas e/ou corporais que as sociedades controlam – álcool e tabaco - ou reprimem – drogas ilícitas - mas também os fármacos e os alimentos-drogas. Nesse sentido, essa partilha moral para ele, embora não seja explicitada, é operativa em mais de um plano, seja no senso comum, que distingue drogas lícitas e ilícitas, seja na assimetria analítica entre especialistas interessados no assunto. Para ele, essa partilha moral também opera numa espécie de divisão do trabalho intelectual, que tende a situar as questões do consumo e do tráfico de substâncias ilícitas no âmbito das ciências sociais, enquanto as questões suscitadas pelo consumo de drogas de uso lícito e drogas em geral, majoritariamente, são confinadas à competência dos saberes médicos.

Essa visão médico-criminal sobre o consumo de drogas, para Vargas (1998, 2005, 2008), cria um paradoxo, no qual não há apenas a repressão, mas também a incitação ao consumo de drogas legais em nome de ideais de saúde e de bem-estar que o saber médico impõe. O fato que, em nome desse ideal médico de saúde que o consumo de drogas não prescritas é combatido, já que, historicamente, os saberes e práticas médicas foram os principais instrumentos de legitimação da partilha moral entre as substâncias lícitas e as ilícitas, devido à força da autoridade científica que a sociedade lhes concede. O discurso médico determinará o estatuto das drogas no contemporâneo classificando-as como positivas - prescritas pelos médicos (lícitas); e negativas (ilícitas) - não prescritas nem reguladas pela medicina. O paradoxo evidencia-se nesse duplo jogo de repressão/incitação do consumo ditado por esse processo de medicalização do consumo de drogas, entre a invasão farmacêutica de que nossas sociedades são testemunhas, incentiva o consumo de

drogas lícitas e, por outro lado, criminaliza e patologiza o consumo das demais substâncias não prescritas.

Se é possível sustentar a existência de um ‘dispositivo da droga’ em sociedades como a nossa, de um dispositivo capaz de criar o próprio fenômeno relacionado a isto, enquanto fato extraordinário que goza o paradoxal estatuto social de ser tão reprimido quanto incitado, cremos também ser possível defender que certos consumos paramedicamentosos ou não, de ‘drogas’, ao se efetivarem às expensas das relações de poder exercidas em nome dos códigos vigentes de Saúde Pública, configuram-se como modalidades dissidentes ou excessivas com relação aos cuidados que os saberes e as práticas médicas recomendam que se deva tomar com a vida...(VARGAS; 1998; p. 130)

Foucault (2008) ao descrever o conceito de biopoder, que também é utilizado por autores que estudam a questão das drogas como Souza (2013), Fiori (2012), e Rodrigues (2008), Vargas (1998), além de Midjavila (2015) e Caponi (2006) em outros contextos, contribui para pensar a modernidade e seus desdobramentos como: *a questão das drogas*. Destaca que o capitalismo, por meio de técnicas para gerir a população, propõe políticas de saúde que visam à higiene e saúde pública, ao controle das taxas de natalidade, à prevenção de epidemias, à intervenção nas condições de vida para modificá-las e impor-lhes normas, entendendo população como: “Um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e que, por conseguinte, dizem respeito a técnicas e saberes específicos” (FOUCAULT, 2008, p. 494). O corpo é visto como lugar de investimento de estratégias de controle, com o objetivo de aumentar sua utilidade e docilidade e, por conseguinte, produzir modos hegemônicos de existência.

Para Midjavila (2015) e Vargas (1998) esse poder se desenvolve basicamente como duas formas ou sobre dois pólos concretos, dirigidas à população (corpo espécie) que consistiriam: 1- Na anatomo-política do corpo, que por meio das disciplinas que atravessam o tecido social, visariam um corpo tornado máquina – disciplinada e docilizado; 2- Uma

biopolítica da população centrada em controles e intervenções regulares ao corpo – corpo tornado organismo, organizado e normalizado. Desse modo, conclui Midjavila (2015) é por meio de diferentes mecanismos e *dispositivos* que o funcionamento bipolar penetra os corpos de modo detalhado e controla as populações de maneira global.

Esse processo complexo busca o domínio do vital e seus fenômenos correlatos - natalidade, morbi-mortalidade e reprodução, para Sandra Caponi (2006) a face positiva da biopolítica consiste nos direitos às crianças e mulheres em detrimento de sua face escura que está na condição dada a algumas pessoas a uma vida sem significação, esgotada no simples ato de sobreviver, não correspondendo a nada senão a sua natalidade, reprodução e morte – o corpo-espécie. Por fim Rodrigues (2008) argumenta que o proibicionismo é uma técnica e instrumento que ao mesmo tempo, disciplina as práticas médicas, intervindo nas condutas dos profissionais e em práticas de automedicação ou livre intoxicação dos sujeitos, enquanto, concomitantemente, auxilia a vigiar uma parcela da sociedade que deve ser “controlada, revistada, observada de perto, confinada” (RODRIGUES, 2008, p. 98), transformando seu “fracasso” em positividade, renovando-a, na eficaz guerra contra “pobres, imigrantes, negros, camponeses entre outros ‘ameaçadores’”. Ao proibir determinadas substâncias, adverte que indivíduos pertencentes a determinados grupos passíveis de vigilância anterior ganham o acréscimo de periculosidade. “Porque além dos crimes que poderiam cometer, passa a ser possível um novo crime, tão ameaçador porque é uma afronta ampla à sociedade. Um grande medo, um hediondo crime” (RODRIGUES, 2008, p. 98). E conclui afirmando que as técnicas de governo, não poderiam descuidar do tráfico e do uso de psicoativos ilegais como: vetor de biopolítica.

Contudo, para Vargas (1998; 2005; 2008), o entendimento das consequências do proibicionismo em suas diferentes facetas não resolve por si só a questão das drogas por restringi-la à dualidade legalidade/ilegalidade e à polêmica em torno de sua (des)criminalização. O autor propõe uma epistemologia para pensar o consumo de drogas, diferente das justificativas baseadas em carências afetivas, econômicas, educacionais, etc.,



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

e, como resposta às crises enfrentadas pelas pessoas, uma mera consequência de precariedades e carências criadas, criticando essa perspectiva negativista “segundo a qual a carência ou a falta constituem-se a base de qualquer consumo de drogas” (VARGAS, 1998: p. 123) e questiona que tais substâncias são tão difundidas no tempo e no espaço e atravessa distintas “práticas culturais de consumo”.

Assim o problema do consumo de drogas, para ele, se torna terreno privilegiado para estudar algo mais fundamental que é a produção social – material e simbólica – dos corpos humanos e as concepções de vida e morte implicadas nela. Ao invés do olhar negativo da condenação médico-criminal, não se trata nem de recriminar nem de fazer apologia, mas de “operar um deslocamento de perspectivas por meio do qual fosse possível tanto avaliar a doença ou a droga sob o ponto de vista da saúde, quanto avaliar a saúde sob o ponto de vista da doença ou da droga” (VARGAS, 1998, p. 131). Finaliza ao afirmar que, mesmo com as práticas, saberes e discursos que se constituíram historicamente para avaliar e produzir a vida em extensão, baseado num ideal de bem-estar e beleza vigente, há também práticas que pautariam a vida na sua intensidade, práticas de resistências às condições de vida contemporâneas, semelhante a que Gilles Deleuze defende em *As Duas Questões*, qual seja, drogas como formas de produzir intensidades. Deleuze afirma:

Todas as drogas dizem respeito às velocidades, às modificações de velocidade, aos limiares de percepção, às formas e aos movimentos, às micropercepções, à percepção tornando-se molecular, aos tempos sobre-humanos ou sub-humanos etc. (DELEUZE).

Analisa o problema sob a ótica de uma abordagem *epistemologicamente positiva* – uma proposta de análise dos problemas das drogas (lícitas ou ilícitas) com um olhar nem de recriminação e nem de apologia, mas com o intuito de analisar a experiência de consumo dessas substâncias a partir da produção das alterações corporais ou comportamentais e das

experiências de produção do êxtase⁷⁰. Afirmar que há ritos e códigos vigentes de consumo de drogas na atualidade e critica determinadas correntes que defendem que o consumo moderno e ocidental de drogas é “dessacralizado e desritualizado” (VARGAS, 1998, p. 132), impossibilitando a análise do consumo em termos de produção de êxtase. A. Groisman e J. Scheineider (2013), repercutindo as propostas de Vargas, e buscando dar outro enfoque ao epistemologicamente positivo ou negativo propõem um tratamento (abordagem) “epistemologicamente consistente”:

A ideia desta abordagem implica em considerar ambiguidades, tensões, dicotomias ou dualidades, adesões, rupturas, agenciamentos e outros aspectos associados – que em geral são tratados a partir de categorizações padronizadas – mas ampliando o interesse pelas singularidades, pelas pluralidades, pelos processos, mas também pelas articulações circunstanciais, pela abordagem nativa da experiência, enfim, menos como geradora de feitos, mas sim desencadeadora de interlocução legítima, relevante e produtiva (GROISMAN; SCHEINER, 2013, p. 42).

2 - Itinerário, transdisciplinaridade e (auto)etnografia

Há 16 anos iniciei meu percurso como trabalhador do campo das drogas. Transitei por diversos espaços institucionais que se propunham a cuidar do sujeito “usuário problemático de substâncias psicoativas” popularmente drogas. Ineri-me nesses contextos de distintas maneiras, pois nem sempre trabalhei como psicólogo (minha formação acadêmica) nessas instituições. Ao longo da minha trajetória profissional, trabalhei em

70 Ver PERLONGHER, Nestor Osvaldo. Droga e êxtase. Campinas: Universidade de Campinas. 1991



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Comunidades Terapêuticas como educador social de crianças e adolescentes em situação de rua e com intenso uso de drogas e estagiei em equipamentos de saúde e assistência social no Brasil e na Itália, voltados ao cuidado dos usuários. Além dessas vivências, trabalhei em projetos com familiares de usuários de drogas e em outros projetos que tinham como modelo de cuidado a perspectiva da estratégia de redução de danos, entre tantas outras atividades relacionadas ao tema.

A escolha por utilizar minha trajetória vai ao encontro do desejo de abandonar a escrita habitual “hecha por nadie y desde ningún lugar⁷¹”, nas palavras de Joel Feliu (2007) para uma escrita na qual o pesquisador se engaje e se responsabilize pelos processos que descreve. Dessa maneira, reviver emoções/afetos ligados a uma vida particular ajuda a documentar o dia a dia de uma forma de vida, permitindo captar o processo de construção social da vida cotidiana. Para os precursores do método autoetnográfico, uma de suas definições pode ser um gênero de escrita e investigação autobiográfico que conecta o pessoal com o cultural. “La autoetnografía es un enfoque de investigación y escritura que busca describir y analizar sistemáticamente (grafía) la experiencia personal (auto) con el fin de comprender la experiencia cultural (etno)”⁷² (ELLIS, 2015, p. 250).

É consensual que vivemos a era da hegemonia da racionalidade científica, caracterizada pela busca, “*de dar cuenta de ‘lo objetivo’ com datos ‘válidos’ y confiables*”⁷³ (BLANCO, 2012, p. 52), e pela partição epistemológica entre sujeito e objeto, pressupondo a neutralidade do pesquisador na apreensão do fenômeno estudado. Ao longo do século XX, as ciências humanas foram influenciadas por tais noções e se esforçaram

71 Feita por ninguém e desde nenhum lugar.

72 A autoetnografia é um enfoque de investigação e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente (grafía) a experiência pessoal (auto) com o propósito de compreender a experiência cultural (etno).

73 “Dar conta de “o objetivo” com dados “válidos” e “confiáveis”



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

para adotá-las visando obter reconhecimento como disciplinas científicas e, com isto, obter o respeito de tal comunidade. Para Blanco (2012), esta tentativa dos pioneiros de cada uma das ciências ditas humanas não é motivo para desqualificá-los. Na verdade esse empreendimento ressalta seus méritos se levarmos em conta que, na época, realizar ciência era lutar contra dogmas, ideologizações e, até mesmo, normas de racismo.

Não pretendo realizar uma análise crítica desta visão de ciência; vários autores já o fizeram. Foucault trata a produção do conhecimento como construção sociocultural e situa-o num contexto histórico singular, demonstrando que os contextos de interação social não são consensuais, mas definidos por conflitos e negociações de poder. Bruno Latour (2013) também critica determinada postura teórico-metodológica que reduz os objetos aos paradigmas hegemônicos.

Acredito firmemente que as ciências são objetivas – o que mais elas poderiam ser? Elas tratam de objetos, não? Eu simplesmente digo que os objetos podem parecer um pouco mais complicados, entrelaçados, múltiplos, complexos, emaranhados, do que aquilo que o “objetivista”, como você diz, gostaria que eles fossem. (LATOUR, 2013: p. 342).

É com base em textos clássicos de Roberto da Matta (1978) e Gilberto Velho (1978), e de um ensaio mais recente de Wellington (2016), que algumas considerações serão feitas enquanto o lugar do pesquisador. Esse último autor traz referências de textos antropológicos que discutem essa categoria de pesquisador-nativo para pensar, a experiência do mesmo em sua comunidade de origem, com os desafios que o lugar lhe trouxe e suas impressões sobre os aspectos positivos e negativos dessa categoria ainda “não balizada”. Nesse sentido, ao pensar a categoria de pesquisador-nativo reflete como a prática etnográfica se transformou e, por conseguinte, seus objetos de estudo não se restringem mais ao exótico e estrangeiro, mas também ao familiar e ao nativo. Sugeri ao final do texto que a condição do pesquisador sendo estrangeiro ou nativo, não se reduz a essa dualidade e apresenta-se muito mais complexa do que pode parecer, convocando os pesquisadores a “se

debruçar sobre essas relações com o mesmo ímpeto e seriedade dedicados às nossas pesquisas” (WELLINGTON, 2016, p. 51).

No livro *Aventura Sociológica* há dois textos supracitados que, de algum modo ampliam as discussões sobre o tema. Da Matta (1978), apresenta dois caminhos possíveis de pesquisa etnográfica, junto à tradicional maneira etnográfica de transformar o exótico em familiar, há também etnografias que transformariam o familiar em exótico. Ele utiliza imagens do herói e do xamã para tentar mostrar as diferenças e semelhanças desses processos: um estuda outra cultura e outro estuda sua própria. O primeiro viajará como um herói - realiza a missão e retorna ao seu grupo; o segundo, tal quais loucos, santos e xamãs, realizam viagens a sua própria cultura, sem sair do lugar, de maneira vertical, chegando ao “fundo do poço” de suas culturas, entretanto o autor adverte: “As duas transformações estão, pois, intimamente relacionadas e ambas sujeitas a uma série de resíduos, nunca sendo realmente perfeitas” (DA MATTA, 1978, p. 29). Gilberto Velho (1978), dialogando com Da Matta, explora a questão da distância no método qualitativo etnográfico. Levando em consideração as categorias de exótico e familiar, acredita na construção do conhecimento sobre situações e indivíduos a partir de um sistema de interações cultural e historicamente definido; devido à sua complexidade, produz combinações variadas suficientes para “criar surpresas e abrir abismos” (VELHO, 1978, p. 42), em situações que possam parecer familiares. Conclui ao afirmar que o processo de conhecimento da vida social implica um grau de subjetividade, com um caráter aproximativo e não definitivo. A realidade do pesquisador, seja ela familiar ou exótica, sempre será filtrada por certo ponto de vista.

2.1 (Auto) etnografia cartografada.

O trabalho é fundamentado em meu itinerário como trabalhador do campo das drogas. Ao trabalhar em uma Comunidade Terapêutica, como usuário em recuperação (ex-usuário), o modelo de tratamento preconizado tinha ênfase na abstinência. Em outros momentos, trabalhei com equipamentos que preconizavam a estratégia da Redução de

Danos como perspectiva de cuidado ao usuário de drogas. Nesse momento, já tinha retomado o consumo pessoal de drogas de consumo ilícito.

O trabalho de campo iniciou-se em outubro de 2016 (em curso) por meio de idas a campo para acompanhar algumas atividades de trabalho dos interlocutores, quando possível e para realização de entrevistas⁷⁴. Os informantes são ex-colegas de trabalhos e de outros projetos relacionados ao meu percurso no tema, selecionados por meio de uma *amostra de julgamento*⁷⁵.

Buscou-se diversificar os interlocutores conforme as distintas inserções no campo de trabalho, formação acadêmica e gênero, sendo seis informantes - usuários em recuperação (ex-usuários) e outros seis consumidores de substâncias psicoativas, incluindo álcool, tabaco e afins. A tarefa de descrever as profissões, lugares de trabalhos, históricos, ecoa extensa e confusa devido ao entrecruzamento das inúmeras categorias (funções) dos mesmos, em suas inserções no campo, decorrência talvez, da complexidade que a questão se tornou em nossos dias. Destaca-se apenas dois pontos - (1) uma grande parcela é composta por homens (nove). Esse fato se relaciona à minha experiência em comunidades terapêuticas onde a separação por sexo geralmente é uma regra e, por conseguinte, as maiorias de meus pares de trabalho nesse local eram homens. Havia psicólogas, mas que não se enquadravam no perfil da população pesquisada; (2) apenas um interlocutor não trabalha no estado de São Paulo, contudo é nato e trabalhava até recentemente no Estado.

74 “Assim, procurando provocar, mas «não conduzir» o encontro etnográfico, o entrevistador dizia para a pessoa a ser entrevistada «fale o que quiser». Esta frase desencadeava a fala dos entrevistados, já estimulada inicialmente pela leitura em voz alta do próprio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Acabamos por considerá-lo e convertê-lo em instrumento de pesquisa propriamente dito, na medida em que sua leitura servia como dispositivo de estímulo à fala.” (GROISMAN; SCHENEIDER. 2013: pg. 38)

75 O pesquisador usa o seu julgamento para selecionar os membros da população que são fontes de informação.

As políticas públicas vigentes direcionadas ao tratamento dos usuários de drogas são pautadas pelos paradigmas abstencionistas e reducionistas (mapeamento de controvérsias) e ambos direcionam os fluxos de cuidado em seus sentidos, presas a uma lógica de cuidado burocrática, em geral, formadas “sobre uma suposta linha de cuidados que se dá nos projetos terapêuticos singulares” (CARVALHO; FRANCO, 2015, p. 864). Esses autores e Kastrup (2009) ao coletivizarem suas pesquisas, discutem a cartografia, aproximações e diferenças com outros métodos, inclusive o etnográfico:

Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente (KRAUPP, 2009. p.57).

Esta pesquisa buscará estabelecer conexões entre todos os lados “capazes de tentar construir uma rede de potencialidades e possibilidades de vida” (CARVALHO; FRANCO, 2015, p. 864), percorrendo os “elos da rede” de cuidado aos usuários de drogas construídas por pessoas. Encontros simpáticos com os interlocutores que permitiram ao pesquisador agir próximo do que Kraupp (2009) propõe quando afirma que a simpatia permita tanto ao etnógrafo quanto ao cartógrafo entrar em contato com os heterogêneos que o cercam, agindo e escrevendo com eles.

Fiori (2012) propõe uma postura metodológica heterodoxa de pesquisa a partir de críticas e constatações, principalmente as que envolvem o tema das drogas, que aciona um conjunto de significados ligados ao exotismo e à marginalização. Para tanto, utiliza de algumas ferramentas metodológicas⁷⁶ das ciências humanas a fim de buscar descrições

76 1. Investigações de natureza quantitativa: contribuem para gerar dados sistemáticos a respeito da extensão do fenômeno. Contudo, esse tipo de pesquisa dificilmente consegue aprofundar-se nos detalhes do fenômeno investigado; 2. Investigações qualitativas a partir de entrevistas e histórias de vida: a

objetivas que ultrapassem a névoa do exótico e do marginal e defende que os principais trabalhos antropológicos lançaram mão desse recurso. Critica, entretanto, o fato de os pesquisadores não exporem com clareza sua participação no fenômeno e sua relação com os observados, e propõe: “Distanciar-se do conhecido é um requisito para que uma observação ganhe objetividade e, assim, extrapolar seu recorte empírico para responder questões teóricas” (FIORI, 2013, p. 26). Trata-se de uma tentativa de estranhar o familiar, nesse jogo permanente entre proximidade e distanciamento do olhar do pesquisador sobre questões consideradas complexas. Os informantes foram convidados a serem co-escritores por meio de textos que os apresentem, sem direcionamento do pesquisador.

Algo pertinente à questão é como denominar o ex-usuário de drogas, comumente denominado pelos nativos como usuário em recuperação e/ou adicto em recuperação – talvez influência da visão de que o consumo de droga seja uma doença, e que, uma vez portador dela, assim será, com a diabetes. A condição de usuário de drogas em recuperação, dada e enfatizada pelos próprios sujeitos, independe do tempo abstinência, ou seja, o sujeito pode estar um dia abstinência como pode estar a dez anos: sempre será um usuário em recuperação. O fator “usar droga” é estruturante para o sujeito usuário (nesse sentido, a negação total do uso). “A abstinência como contrário da droga, bebo não bebo, uso não uso, faz parte da dialética e da teologia do drogado” (LANCETTI, 2015, p. 64). A identificação ao conceito, nesses casos, independe de usar ou não.

partir da imersão em contextos de consumo e de aproximação com os grupos pesquisados, buscando uma proximidade com o pesquisado a fim de minimizar o estatuto desviante dessa prática. Todavia, ao conferir sentido e significado as suas práticas o pesquisador já aplica um filtro, editando as sensações que lhe parecem mais coerentes; 3. Observação de natureza longitudinal: essa forma de coleta de dados insere um componente temporal que privilegia o acompanhamento dos mesmos indivíduos por um período de tempo determinado, longo o bastante para serem observadas mudanças de trajetórias e de relação com as drogas. Porém, a busca de amostras significativas pode acarretar o mesmo problema citado no tópico um; 4. Observações e observações participantes: a observação direta do uso de drogas ou sua participação no uso é uma ferramenta metodológica que já se mostrou valiosa, conseguindo transpor as representações feitas do que acontece quando se usa drogas. (FIORI, 2012)

2.2– Percurso: mapeando controvérsias?

A pesquisa se encontra em curso e coletivizarei passagens, entendendo-a como produção de dados e uma tentativa de “transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento”, não descobrindo ou desvelando algo/alguma coisa, mas procurando expressões. Ademais de meu itinerário há anos no terreno das drogas, o processo de habitação no campo, a partir das incursões - trabalho de campo e entrevistas, também composto por diversos outros pontos de entradas como participação em seminários e congressos, apresentação em eventos, presença em manifestações em apoio a programa de tratamento (De Braços Abertas)⁷⁷, leituras de artigos e livros, encontro com usuários em tratamento, trechos em instituições, entrevistas com cientistas e gestores que defendem suas verdades sobre o assunto, “os agentes participantes se tornarão evidentes, assim como seus posicionamentos e estratégias em busca de construir uma verdade científica a respeito do tema das drogas” (PONTES; BICALHO, 2015, pg. 1440).

A estratégia da Redução de Danos pretende superar o modelo abstencionista em sua meta única de frear o consumo, propondo distintas intervenções. Percebe-se por parte de alguns interlocutores, quando não de acordo com seu modelo de predileção (quando há) ocorre certa ironia desdenhosa, termo utilizado - *postergação dos danos* e de modo mais amplo quando, durante minha presença num ato, em defesa da continuação de um programa de Redução de Danos, que por motivos de troca de gestão municipal se encontra em risco, pesquisadores e militantes, referenciavam o modelo abstencionista como um retrocesso, em linhas gerais, instigando o que Escotado afirma ser uma “frívola polarização contemporânea de actitudes” (ESCOHOTADO, 1989, p. 23).

Aparentemente há uma disputa por linhas de cuidado que influenciam “os esforços classificatórios ainda por demais inspirados por esta dicotomia, que parece servir emblematicamente para definir o «perfil da demanda».” (GROISMAN; SCHEINER,

77

Programa municipal implementado pelo governo Haddad na cidade de São Paulo

2013, p. 42). E finalizam questionando que tal a atitude condicionam a concorrências (bens simbólicos e materiais) do fluxo dos recursos que viabilizam a procura de conhecimento.

A tentativa de negar políticas abstencionistas parece num primeiro momento fundamentar as propostas da estratégia da redução de danos, buscando uma contraposição a esse modelo. Entretanto por ora, essa pesquisa aponta para uma contradição nessa disputa, ou seja, ambos os modelos preconizam que o consumo de determinadas substâncias psicoativas são danosas para quem as usa, uma perspectiva negativista sobre o consumo.

Hector, *usuário em recuperação há 20 anos*, psicólogo e trabalhador do campo, com crenças fundamentadas em modelos biológicos e comportamentais que explicariam a “doença da dependência química”; Gabriela, assistente social, atualmente trabalha no Consultório na Rua e em outro projeto para a população LGBT. Militante negra, defensora da estratégia de redução e usuária esporádica de substâncias de consumo ilícito; Pedro Delgado, ex-deputado, proponente da lei 10.216/01 que defende a extinção gradativa dos manicômios e criação de uma rede substitutiva de cuidado (rede de atenção psicossocial) aos usuários de drogas, com ênfase nos territórios existenciais dos sujeitos em transtorno mental ao invés de isolá-los em instituições fechadas. Ao longo do trabalho de campo coincide com pessoas, com crenças e visões distintas sobre modelos de tratamentos que visam “la producción, circulación y apropiación de normas, valores y afectos” (FASSIN, 2017, pg. 24). Estão em disputas e movimento, na tentativa de explicações distintas sobre o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas, buscando no social, biológico, espiritual, cognitivo, as explicações. Contudo quando o assunto são os efeitos deletérios do consumo de determinadas substâncias psicoativas parecem se conectarem.

Gabriela, em determinado momento, comenta sobre a suposta “venda de heroína” na região onde trabalha na região central de São Paulo. Ao interpelá-la sobre essa informação, dirige-me comentários sobre a *mortalidade dessa drogas e seus efeitos devastadores*. Hector durante o encontro foca nos “aspectos biológicos” do consumo de drogas, em suas crenças que a *dependência química é uma doença*, fundamentada em seu

itinerário de um adicto em recuperação, psicólogo e com pós-graduação na área, num centro de formação com viés abstencionista – UNIAD e ao ser questionado sobre as pesquisas que apontam os benefícios de substâncias como psilocibina ou LSD, irrita-se e menospreza essa possibilidade, *droga é droga*. Pedro, num evento dos 15 anos da promulgação de lei da reforma psiquiátrica, afirma que o maior desafio do campo atual é a questão das drogas, enfatiza os *efeitos danosos do consumo para a juventude*, em especial para o desenvolvimento pelos danos provocados pelo consumo de tais substâncias. Entretanto não relaciona tal fato à questão exposta por inúmeros especialistas na área que defendem a regularização do consumo e vendas de determinadas substâncias ilícitas como possibilidade de enfrentando as mortes relacionadas ao tráfico onde os jovens são as principais vítimas.

Nota-se não apenas por esses trechos do campo, mas por outras passagens, literaturas e experiências, que ambos os modelos, das explicações biológicas a sociais, o consumo de determinadas substâncias é entendido de modo negativo, reativando a partilha moral, seja via modelo abstencionista, seja no modelo da estratégia da redução de danos, que em seu nome já indica um olhar danoso sobre o consumo.

Uma das conseqüências é alçar usuários à condição de incapacidade de autodeterminação, *sem autonomia plena e em vulnerabilidade*, palavras do Comitê de Ética ao negar o parecer de pesquisa com essa população, exigindo autorização das instituições. Pressupõe-se que usuário de substâncias psicoativas necessita de tutela, reificado pelo saber acadêmico. Langdon e Maluf (2016) indicam os limites de tais protocolos dentro do campo das pesquisas qualitativas. Interessante notar, que até os interlocutores abstêmios (seis) há mais de 10 anos também foram colocados na mesma condição, o que não justificaria a condição de “incapacidade de autodeterminação” dos outros informantes, usuários com afetos alegres, completamente auto-determinados em suas existências.

Nesse emaranhado sobre um objeto híbrido, algumas questões tem sido colocadas, como a utilização dessas substâncias psicoativas fora desse escopo, retomando estudos



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

estacionados durante décadas que afirmam os benefícios de determinadas substâncias psicoativas e conectando-se com práticas milenares de consumo das mesmas, além de iniciativas de movimentos de usuários e familiares, questionando esses paradigmas vigentes entendidas como grandes categorias que organizam os modelos de tratamentos pautados no entendimento que essas substâncias provocam modo de vida errante.

Entretanto práticas de alguns interlocutores aparentemente promovem uma rachadura nesses enunciados, algo novo de ser dito nesse campo problemático em aberto capaz de produzirem desvios nesses exemplos paradigmáticos de “categorias de pensamento que rondam a temática abordada”. Defendem o consumo de ibogaína, ayahuasca, psilocibina, entre outras substâncias de consumo ilícito em detrimento aos tratamentos com medicamentos da indústria farmacêutica (prescritos) em suas atividades clínicas, já sustentados por pesquisas que nos últimos anos ressurgem e eventos, como *Psychodelic Science*⁷⁸, no qual um deles apresentou seus trabalhos.

Outro com sua companheira abriram um espaço terapêutico para consumo de ayahuasca e afins para “uso terapêutico- espiritual” demonstrando os supostos benefícios do consumo de substâncias, renegadas a categorias negativistas até então, atualmente são utilizadas para ajudar aos consumidores mais problemáticos em tratamentos e para diversas outras formas de consumo são encontradas à margem dessa ótica negativa. Iniciativas como o GAM-BR⁷⁹ e seus desdobramentos nas propostas de substâncias psicoativas, além de pesquisas como essa que priorizam uma polifonia de usuários, podem ser tentativas de

78 <http://psychedelicscience.org/>

79 Ver Guia Gestão Autônoma da Medicação – Brasil.
http://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/guia_gam_moderador__versao_para_download_julho_2014.pdf

desestabilizar e permitir que determinados enunciados sejam interpelados, buscando descrever essas racionalidades hegemônicas e seus modos de construção.

Por fim, possíveis controvérsias que desestremem esses paradigmas foram expostas brevemente nesse ensaio. À medida que os desestabiliza, produz desvios no já dito e cria rachaduras para emergir modos de intensidade de vida e controverter o ideal do usuário como um sujeito ausente da capacidade de autodeterminação e a naturalização de que o consumo de determinadas drogas seja algo necessariamente danoso e as conseqüências implicadas nisso.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Tarso. Almanaque das drogas. 1ª edição. São Paulo: Leya, 2012.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.) Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BIRMAN, Joel. Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BLANCO, Mercedes. Autobiografía o autoetnografía?. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Ciudad del México, n.38, p. 169-178, ago 2011.

BLANCO, Mercedes. Autoetnografía: una forma narrativa de generación de conocimientos. Andamios, Ciudad del México, v. 9, n. 19, p. 49-74, maio/ago 2012.

CAPONI, S. A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2): 445-455, 2004.

CARVALHO, Maria de Nasaré; Tulio Batista, Franco. Cartografia dos caminhos de um usuário de serviços de saúde mental: produção de si e da cidade para desinstitucionalizar. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Set 2015, Volume 25 N° 3.

DELEUZE, Gilles. Duas Questões.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER P. Arthur; ADAMS Tony. Autoetnografia: un panorama. *ASTROLABIO*, Nueva Época., v. 14, p. 249-273, Jan 2015.

ESCOHOTADO, Antonio. *História General de las Drogas*. 8ª edição. Madrid: Espana, 2008.

FELIU, Joel (2007). Nuevas formas literarias para las ciencias sociales: el caso de la autoetnografia. *Athenea Digital*, 12, 262-271.

FIGLIARO, Maurício. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. Campinas, UNICAMP, 2013. 210 p. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 23ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p.161-173, 2006.

GROISMAN, A., e SCHNEIDER, J. (2014). Pesquisa qualitativa, saúde e uso de drogas: desdobramentos e implicações teóricas, analíticas e epistemológicas da utilização da técnica da entrevista de fala aberta. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 32(1), 37-44.

LABATE, Beatriz et. al. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LANCETTI, Antonio. *Contrafissura e plasticidade psíquica*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 2015.

LATOURE, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo*, n. 14/15, p. 1-382, 2006

MITJAVILA, M. Medicalização, risco e controle social. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-137, June 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015015>.

PONTES, Alexandre Kerr; MEZA, Ana Paula Santos; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Ciência e política das drogas: as controvérsias em torno das políticas públicas de internação compulsória. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. spe, p. 1433-1450, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000400018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 abr. 2017

RODRIGUES, L.B.F. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. 273 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

RUI, Taniele. Nas tramas do crack. 1ª edição. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SOUZA, De P. Tadeu. A norma da abstinência e o dispositivo "drogas": direitos universais em territórios marginais de produção de saúde. Campinas, UNICAMP, 2013. 351 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

S.W. Maluf, E.J. Langdon, C.S. Tornquist. ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. *Políticas Públicas. Reflexões antropológicas* pp. 128-14

VARGAS, Eduardo Viana. Problemas Sociais: Armas ou ferramentas? In: MINAYO, MCS., e COIMBRA JR, CEA., orgs. *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p.

VARGAS Eduardo V. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: Duarte LFD, Leal OF, organização. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1998. p. 121-36.